

## Esta Listagem não serve como Comprovativo

Rosto	
01	Período de tributação
<input type="text" value="De"/>	<input type="text" value="2019/01/01"/> a <input type="text" value="2019/12/31"/>
<input type="text" value="Período"/>	<input type="text" value="2019"/>
02	Área da sede, direção efetiva ou estabelecimento estável
<input type="text" value="Código do Serviço de Finanças"/>	<input type="text" value="01"/>
03	Identificação e Caracterização do Sujeito Passivo
<input type="text" value="Designação"/>	<input type="text" value="N.º de Identificação Fiscal (NIF)"/>
<input type="text" value=""/>	<input type="text" value="525881727"/>
3	Tipo de sujeito passivo
<input checked="" type="checkbox"/>	Residente que exerce, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola
<input type="checkbox"/>	Residente que não exerce, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola
<input type="checkbox"/>	Não residente com estabelecimento estável
<input type="checkbox"/>	Não residente sem estabelecimento estável
3-A	Qualificação da empresa nos termos do Anexo ao Decreto-Lei N.º 372/2007, de 6 de Novembro
Se assinalou os campos 1 ou 3 do Quadro 03 - 3, indique como se qualifica nos termos previstos no Anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 06 de novembro	
<input type="checkbox"/>	Micro empresa
<input checked="" type="checkbox"/>	Pequena empresa
<input type="checkbox"/>	Média empresa
<input type="checkbox"/>	Não PME
3-B	Organismos de investimento coletivo
Indique se se trata de um Organismo de Investimento Coletivo tributado nos termos do artigo 22.º do EBF	
<input type="checkbox"/>	
3-C	Imputação de rendimentos (Art.º 5.º, n.º 9)
É considerado um estabelecimento estável para efeitos da imputação prevista no n.º 9 do artigo 5.º?	
<input type="text" value="Sim"/>	<input type="checkbox"/>
4	Regimes de tributação dos rendimentos
<input checked="" type="checkbox"/>	Geral
<input type="checkbox"/>	Isenção definitiva
<input type="checkbox"/>	Isenção temporária
<input type="checkbox"/>	Redução de taxa
<input type="checkbox"/>	Simplificado
<input type="checkbox"/>	Transparência fiscal
<input type="checkbox"/>	Grupos de sociedades

NIF da sociedade dominante / Responsável (art.º 69.º-A, n.ºs 3 e 4)

525881727

<input type="checkbox"/>	Pretende exercer a opção pelas taxas do art.º 87.º, n.º 1? (art.º 91.º, n.º 2 da Lei n.º 3 - B/2010, de 28 de abril)
<input type="checkbox"/>	Ocorreu alguma das situações referidas no ex-art.º 87.º, n.º 7 ?
<input type="checkbox"/>	Artigo 36.º-A do EBF
<input type="checkbox"/>	Regime especial das atividades de transporte marítimo (Dec.-lei n.º 92/2018, de 13 de novembro)
<b>4-A</b>	<b>Transferência de residência/cessação da atividade de estabelecimento estável/afetação de elementos patrimoniais (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º-A, n.º 11)</b>
Se no período de tributação ocorreu transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais e estabelecimento estável situado fora do território português,	
cessação da atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português, indique o local de destino	
<input type="checkbox"/>	Países da UE/EEE
<input type="checkbox"/>	Outros

<b>04</b>	<b>Características da declaração</b>	
<b>1</b>	<b>Tipo de declaração</b>	
<b>1</b>	<input checked="" type="radio"/>	1.ª Declaração do período
<b>2</b>	<input type="radio"/>	Declaração de substituição (art.º 122.º, n.ºs 1 e 2)
<b>3</b>	<input type="radio"/>	Declaração de substituição (art.º 64.º, n.º 4)
<b>4</b>	<input type="radio"/>	Declaração de substituição (art.º 120.º, n.ºs 8 e 9)
<b>5</b>	<input type="radio"/>	Declaração de substituição (art.º 64.º, n.º 4) fora do prazo legal
<b>6</b>	<input type="radio"/>	Declaração de substituição (art.º 122.º, n.º 3)
Data - Declaração de substituição (art.º 122.º, n.º 3)		<input type="text"/>
<b>2</b>	<b>Declarações especiais</b>	
<input type="checkbox"/>	Declaração do Grupo	
<input type="checkbox"/>	Declaração do período de liquidação	
<input type="checkbox"/>	Declaração do período de cessação	
Data da cessação		<input type="text"/>
Declaração com período especial de tributação		<input type="checkbox"/> Antes da alteração <input type="checkbox"/> Após a alteração
<input type="checkbox"/>	Declaração do período do início de atividade	
Data da transmissão/aquisição (entidades não residentes sem estabelecimento estável)		<input type="text"/>
<b>9</b>	<input type="checkbox"/>	Antes da dissolução
<b>10</b>	<input type="checkbox"/>	Após a dissolução
Data da dissolução		<input type="text"/>
<b>3</b>	<b>Anexos que devem acompanhar a declaração</b>	
Anexo A (derrama)		<input type="checkbox"/>
Anexo B (antigo regime simplificado em vigor até 2010)		<input type="checkbox"/>
Anexo C (Regiões Autónomas)		<input type="checkbox"/>
Anexo D (benefícios fiscais)		<input type="checkbox"/>
Anexo E (regime simplificado)		<input type="checkbox"/>
Anexo F (OIC)		<input type="checkbox"/>
Anexo G Atividades de Transporte Marítimo		<input type="checkbox"/>

<b>05</b>	<b>Identificação do Representante Legal e do Contabilista Certificado</b>
-----------	---

NIF do representante legal	525881727
NIF do contabilista certificado	102202555

<b>07</b> <b>(Período</b> <b>2009 e</b> <b>anteriores)</b>	<b>Apuramento do lucro tributável</b>
---	---------------------------------------

RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	┐	€	0,00
Variações patrimoniais positivas não refletidas no resultado líquido (art.º 21.º)	┐	€	
Variações patrimoniais negativas não refletidas no resultado líquido (art.º 24.º)	┐	€	
SOMA (campos 201 + 202 - 203)	┐	€	

<b>A ACRESCER</b>
-------------------

Matéria coletável / lucro tributável imputado por sociedades transparentes, ACE ou AEIE (art.º 6.º)	┐	€	
Prémios de seguros e contribuições (art.º 23.º, n.º 4)	┐	€	
Reintegrações e amortizações não aceites como custos (art.º 33.º, n.º 1)	┐	€	
Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais (art.ºs 34.º, 37.º e 38.º)	┐	€	
Realizações de utilidade social não dedutíveis (art.º 40.º)	┐	€	
Donativos não previstos ou além dos limites legais (art.º 62.º do EBF)	┐	€	
IRC e outros impostos incidentes direta ou indiretamente sobre lucros [art.º 42.º, n.º 1, alínea a)]	┐	€	
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações [art.º 42.º, n.º 1, alínea d)]	┐	€	
Indemnizações por eventos seguráveis [art.º 42.º, n.º 1, alínea e)]	┐	€	
Encargos não devidamente documentados [art.º 42.º, n.º 1, alínea g)]	┐	€	
Despesas não documentadas (art.º 23.º)	┐	€	
Menos-valias contabilísticas	┐	€	
Correções nos casos de crédito de imposto (art.º 62.º, n.º 1)	┐	€	
40% do aumento das reintegrações resultantes da reavaliação do imobilizado corpóreo	┐	€	
Importâncias devidas pelo aluguer de viaturas sem condutor [art.º 42.º, n.º 1, alínea h)]	┐	€	
Anulação do efeito do método da equivalência patrimonial (art.º 18.º, n.º 7)	┐	€	
Despesas com ajudas de custo e de compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador [art.º 42.º, n.º 1, alínea f)]	┐	€	
Correções relativas a exercícios anteriores	┐	€	
Correções relativas a preços de transferência (art.º 58.º, n.º 8)	┐	€	
Pagamentos a entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 59.º, n.º 1)	┐	€	
Imputação de lucros de sociedades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 60.º)	┐	€	
Subcapitalização (art.º 61.º, n.º 1)	┐	€	
Juros de suprimentos [art.º 42.º, n.º 1, alínea j)]	┐	€	
Despesas com combustíveis [art.º 42.º, n.º 1, alínea i)]	┐	€	
Diferença positiva entre o valor patrimonial tributário definitivo do imóvel e o valor constante do contrato [art.º 58.º-A, n.º 3, alínea a) ]	┐	€	
Importâncias constantes de documentos emitidos por sujeitos passivos com NIF inexistente ou inválido [art.º 42.º, n.º 1, alínea b)]	┐	€	
Custos ou perdas suportados com transmissão onerosa de partes de capital (art.º 23.º, n.ºs 5, 6 e 7)	┐	€	
Ajustamentos de valores de ativos não dedutíveis ou para além dos limites legais (arts.º 34.º, 35.º e 36.º)	┐	€	
Impostos diferidos	┐	€	
Mais-valias fiscais sem intenção de reinvestimento (art.º 43.º)	┐	€	

Mais-valias fiscais com intenção expressa de reinvestimento (art.º 45.º)	€	
Acréscimos por não reinvestimento (art.º 45.º, n.º 6.º)	€	
Mais-valias fiscais - regime transitório [art.º 7, n.º 7, alínea b) da Lei n.º 30-G/2000, de 29 de dezembro e art.º 32.º, n.º 8 da Lei n.º 109-B/2001, de 27 de dezembro]	€	
	€	
SOMA (campos 204 a 225)	€	0,00
<b>A DEDUZIR</b>		
Prejuízo fiscal imputado por ACE ou AEIE (art.º 6.º)	€	
Redução de provisões tributadas	€	
Mais-valias contabilísticas	€	
Menos-valias fiscais (art.º 43.º)	€	
Restituição de impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	€	
Rendimentos nos termos do artigo 46.º	€	
Atualização de encargos de explorações silvícolas (art.º 18.º, n.º 6.º)	€	
Benefícios fiscais	€	
Anulação do efeito do método da equivalência patrimonial (art.º 18.º, n.º7)	€	
40% das realizações de utilidade social (art.º 40.º, n.º9)	€	
Reversões de ajustamentos de valores de ativos tributados	€	
Impostos diferidos	€	
	€	
SOMA (campos 227 a 237)	€	0,00
PREJUÍZO PARA EFEITOS FISCAIS (Se 238 > 226) (A transportar para os Campos 301, 312 e/ou 323 do Quadro 09)	€	0,00
LUCRO TRIBUTÁVEL (Se 226 >= 238) (A transportar para os Campos 302, 313, e/ou 324 do Quadro 09)	€	

<b>07 (Período 2010 e posteriores)</b>	<b>Apuramento do lucro tributável</b>	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	€	-25.673,47
Variações patrimoniais positivas não refletidas no resultado líquido do período (art.º 21.º) e quota-parte do subsídio respeitante a ativos não correntes, não depreciáveis/não amortizáveis [art.º 22.º n.º 1, al. b) a al. d)]	€	
Variações patrimoniais positivas (regime transitório previsto no art.º 5.º, n.ºs 1, 5 e 6 do DL n.º 159/2009, de 13/7)	€	
Variações patrimoniais negativas não refletidas no resultado líquido do período (art.º 24.º)	€	
Variações patrimoniais negativas (regime transitório previsto no art.º 5.º, n.ºs 1, 5 e 6 do DL n.º 159/2009, de 13/7)	€	
Alteração do regime fiscal dos contratos de construção (correções positivas)	€	
Alteração do regime fiscal dos contratos de construção (correções negativas)	€	
SOMA (campos 701 + 702 + 703 - 704 - 705 + 706 - 707)	€	-25.673,47
<b>A ACRESCER</b>		
Matéria coletável / lucro tributável imputado por sociedades transparentes, ACE ou AEIE (art.º 6.º)	€	
Correções relativas a períodos de tributação anteriores (art.º 18.º, n.º 2)	€	
Vendas e prestações de serviços com pagamento diferido: diferença entre a quantia nominal da contraprestação e o justo valor (art.º 18.º, n.º 5)	€	
Gastos referentes a inventários e a fornecimentos e serviços externos com pagamento diferido: gastos de juros (art.º 18.º, n.º 5)	€	
Anulação dos efeitos do método da equivalência patrimonial e do método de consolidação proporcional no caso de empreendimentos conjuntos que sejam sujeitos passivos de IRC (art.º 18.º, n.º 8)	€	
Ajustamentos não dedutíveis decorrentes da aplicação do justo valor (art.º 18.º, n.º 9)	€	
Pagamentos com base em ações (art.º 18.º, n.º11)	€	
Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados (art.º 18.º, n.º12)	€	
Gastos suportados com a transmissão onerosa de partes de capital (ex-art.º 23.º, n.ºs 3, 4 e 1.ª parte do n.º5)	€	

Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais (art.ºs 19.º, n.º 4 e 39.º) e perdas por imparidade fiscalmente não dedutíveis de ativos financeiros	€	
IRC, incluindo as tributações autónomas, e outros impostos que direta ou indiretamente incidam sobre os lucros [art.º 23.º -A, n.º 1, al. a)]	€	1.052,50
Impostos diferidos [art.º 23.º -A, n.º 1, al. a)]	€	
Despesas não documentadas [art.º 23.º -A, n.º 1, al. b)]	€	
Encargos não devidamente documentados [art.º 23.º -A, n.º 1, al. c)]	€	
Encargos evidenciados em documentos emitidos por sujeitos passivos com NIF inexistente ou inválido ou por sujeitos passivos cessados oficiosamente [art.º 23.º -A, n.º 1, al. c)]	€	
Despesas ilícitas [art.º 23.º -A, n.º 1, al. d)]	€	
Multas, coimas e demais encargos, incluindo juros compensatórios e moratórios, pela prática de infrações [art.º 23.º -A, n.º 1, al. e)]	€	2.000,00
Impostos, taxas e outros tributos que incidam sobre terceiros que o sujeito passivo não esteja legalmente obrigado a suportar [art.º 23.º -A, n.º 1, al. f)]	€	
Indemnizações por eventos seguráveis [art.º 23.º -A, n.º 1, al. g)]	€	
Ajudas de custo e encargos com compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador [art.º 23.º -A, n.º 1, al. h)]	€	350,00
Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor [art.º 23.º -A, n.º 1, al. i)]	€	
Encargos com combustíveis [art.º 23.º -A, n.º 1, al. j)]	€	
Encargos relativos a barcos de recreio e aeronaves de passageiros [art.º 23.º -A, n.º 1, al. k)]	€	
Juros e outras formas de remuneração de suprimentos e empréstimos feitos pelos sócios à sociedade [art.º 23.º -A, n.º 1, al. m)]	€	
Gastos não dedutíveis relativos à participação nos lucros por membros dos órgãos sociais [art.º 23.º -A, n.º 1, al. o)]	€	
Contribuição sobre o setor bancário [art.º 23.º -A, n.º 1, al. p)]	€	
Contribuição extraordinária sobre o setor energético [art.º 23.º -A, n.º 1, al. q)]	€	
Importâncias pagas ou devidas a entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado [art.º 23.º -A, n.º 1, al. r) e n.º 7]	€	
50% de outras perdas relativas a partes de capital ou outras componentes do capital próprio (ex-art.º 45.º, n.º 3, parte final)	€	
Outras perdas relativas a instrumentos de capital próprio e gastos suportados com a transmissão onerosa de instrumentos de capital próprio de entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 23.º -A, n.ºs 2 e 3)	€	
Perdas por imparidade em inventários para além dos limites legais (art.º 28.º) e em créditos não fiscalmente dedutíveis ou para além dos limites legais (art.ºs 28.º -A a 28.º -C)	€	
Perdas por imparidade de ativos não correntes (art.º 31 -B) e depreciações e amortizações (art.º 34.º, n.º 1), não aceites como gastos	€	
40% do aumento das depreciações dos ativos fixos tangíveis em resultado de reavaliação fiscal (art.º 15.º, n.º 2 do DR 25/2009, de 14/9)	€	
Créditos incobráveis não aceites como gastos (art.º 41.º)	€	
Realizações de utilidade social não dedutíveis (art.º 43.º)	€	
Menos-valias contabilísticas	€	
Mais-valia fiscal resultante de mudanças no modelo de valorização [art.º 46.º, n.º 5, al. b)]	€	
Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento (art.º 46.º)	€	
50% da diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais com intenção expressa de reinvestimento (art.º 48.º, n.º 1)	€	
Acréscimos por não reinvestimento ou pela não manutenção dos ativos na titularidade do adquirente (art.º 48.º, n.º 6)	€	
Mais-valias fiscais-regime transitório [art.º 7.º, n.º 7, al. b) da Lei n.º 30-G/2000, de 29/12 e art.º 32.º, n.º 8 da Lei n.º 109-B/2001, de 27/12]	€	
Correções relativas a instrumentos financeiros derivados (art.º 49.º)	€	
Prejuízos de estabelecimentos estáveis situados fora do território português (art.º 54.º -A)	€	
Correções relativas a preços de transferência (art.º 63.º, n.º 8)	€	
Diferença positiva entre o valor patrimonial tributário definitivo do imóvel e o valor constante do contrato [art.º 64.º, n.º 3, al. a)]	€	
Imputação de rendimentos de entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 66.º)	€	
Limitação à dedutibilidade de gastos de financiamento líquidos (art.º 67.º)	€	
Correções nos casos de crédito de imposto por dupla tributação jurídica internacional (art.º 68.º, n.º 1)	€	
Correções nos casos de crédito de imposto por dupla tributação económica internacional (art.º 68.º, n.º 3)	€	

Correções resultantes da opção pelo regime especial aplicável às fusões, cisões, entradas de ativos e permutas de partes sociais (art.ºs 74.º, 76.º e 77.º)	€	
Transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais a estabelecimento estável situado fora do território português, cessação de atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português: saldo positivo referente aos elementos patrimoniais transferidos para outro Estado membro da UE ou do EEE ou afetos a estabelecimento estável aí situado (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º -A, n.º 11)	€	
Transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais a estabelecimento estável situado fora do território português, cessação de atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português: saldo negativo referente aos elementos patrimoniais transferidos para países fora da UE ou do EEE ou afetos a estabelecimento estável aí situado (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º -A, n.º 11)	€	
Donativos não previstos ou além dos limites legais (art.ºs 62.º, 62.º-A e 62.º-B do EBF)	€	150,00
Encargos financeiros não dedutíveis (ex-art.º 32.º, n.º 2 do EBF)	€	
Adicional ao Imposto Municipal sobre imóveis (art.º 135.º-J do Código do IMI)	€	
Gastos e perdas relativos às atividades de transporte marítimo às quais é aplicável o regime especial de determinação da matéria coletável (art.º 6.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 92/2018, de 13 de novembro)	€	
Outros acréscimos	€	
SOMA (campos 708 a 752)	€	-22.120,97
<b>A DEDUZIR</b>		
Despesas ou encargos de projeção económica plurianual contabilizados como gasto na vigência do POC e ainda não aceites fiscalmente [art.º 22.º, al. f) do DR 25/2009, de 14/9]	€	
Prejuízo fiscal imputado por ACE ou AEIE (art.º 6.º)	€	
Correções relativas a períodos de tributação anteriores (art.º 18, n.º 2)	€	
Vendas e prestações de serviços com pagamento diferido: rédito de juros (art.º 18.º, n.º 5)	€	
Gastos referentes a inventários e a fornecimentos e serviços externos com pagamento diferido: diferença entre a quantia nominal da contraprestação e o justo valor (art.º 18.º, n.º 5)	€	
Anulação dos efeitos do método da equivalência patrimonial e do método de consolidação proporcional no caso de empreendimentos conjuntos que sejam sujeitos passivos de IRC (art.º 18.º, n.º 8)	€	
Ajustamentos não tributáveis decorrentes da aplicação do justo valor (art.º 18.º, n.º 9)	€	
Pagamentos com base em ações (art.º 18.º, n.º 11)	€	
Pagamento ou colocação à disposição dos beneficiários de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados (art.º 18.º, n.º 12)	€	
Reversão de perdas por imparidade tributadas (art.ºs 28.º, n.º 3 e 28.º -A, n.º 3)	€	
Depreciações e amortizações tributadas em períodos de tributação anteriores (art.º 20.º do DR 25/2009, de 14/9)	€	
Perdas por imparidade tributadas em períodos de tributação anteriores (art.ºs 28.º, 28.º -A, n.º 1 e 31.º -B, n.º 7)	€	
Reversão de provisões tributadas (art.ºs 19.º, n.º 4 e 39.º, n.º 4)	€	
Restituição de Impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	€	
Impostos diferidos [art.º 23.º -A, n.º 1, al. a)]	€	
Gasto fiscal relativo a ativos intangíveis, propriedades de investimento e ativos biológicos não consumíveis (art.º 45.º -A)	€	
Mais-valias contabilísticas	€	
50% da menos-valia fiscal resultante de mudanças no modelo de valorização [art.º 46.º, n.º 5, al. b) e ex-art.º 45.º, n.º 3, parte final] e 50% da diferença negativa entre as mais e as menos-valias fiscais de partes de capital ou outras componentes do capital próprio (ex-art. 45.º, n.º 3, 1.ª parte)	€	
Diferença negativa entre as mais-valias e as menos-valias fiscais (art.º 46.º)	€	
Correções relativas a instrumentos financeiros derivados (art.º 49.º)	€	
50% dos rendimentos de patentes e outros direitos de propriedade industrial (art.º 50.º -A)	€	
Eliminação da dupla tributação económica de lucros e reservas distribuídos (art.º 51.º e 51.º -D)	€	
Lucros de estabelecimentos estáveis situados fora do território português (art.º 54.º -A)	€	
Correção pelo adquirente do imóvel quando adota o valor patrimonial tributário definitivo para a determinação do resultado tributável na respetiva transmissão [art.º 64.º, n.º 3, al. b)]	€	
Reporte dos gastos de financiamento líquidos de períodos de tributação anteriores (art.º 67.º)	€	
Correções resultantes da opção pelo regime especial aplicável às fusões, cisões, entradas de ativos e permutas de partes sociais (art.ºs 74.º, 76.º e 77.º)	€	
Transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais a estabelecimento estável situado fora do território português, cessação de atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português: saldo negativo referente aos elementos patrimoniais transferidos para fora do território português ou afetos a estabelecimento estável aí situado (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º -A, n.º 11)	€	
Benefícios Fiscais	€	

Réditos e rendimentos relativos às atividades de transporte marítimo às quais é aplicável o regime especial de determinação da matéria coletável (art.º 6.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 92/2018, de 13 de novembro)	€	
Outras deduções	€	
Perdas por imparidade em créditos e benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados (art.º 4.º do anexo à Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto)	€	
SOMA (campos 754 a 775 + 798 + 800)	€	0,00
PREJUÍZO PARA EFEITOS FISCAIS (Se 776 > 753)	€	22.120,97
LUCRO TRIBUTÁVEL (Se 753 >= 776) (A transportar para o quadro 09)	€	

**08 Regimes de taxa**

08.1 Regimes de redução de taxa	Assinalar com X	Taxas de tributação
Estabelecimentos de ensino particular (ex-art.º 56.º do EBF)	<input type="checkbox"/>	20%
Benefícios relativos à interioridade (art.º 41.º-B e ex-art.º 43.º do EBF)	<input type="checkbox"/>	12,5% / 21%
Antigo Estatuto Fiscal Cooperativo (art.º 7.º, n.º 3 da Lei nº 85/98, de 16/12)	<input type="checkbox"/>	20%
Entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira (ex-art.º 35.º do EBF)	<input type="checkbox"/>	3%
Entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira (art.ºs 36.º e 36.º-A do EBF)	<input type="checkbox"/>	5%
	<input type="checkbox"/>	
08.2 Regime geral	Assinalar com X	Taxas de tributação
Região Autónoma dos Açores (Dec. Leg. Regional n.º 2/1999/A, de 20/1)	<input type="checkbox"/>	13,6% / 16,8%
Região Autónoma Madeira (Dec. Leg. Regional n.º 2/2001/M, 20/2)	<input type="checkbox"/>	16% / 21%
Rendimentos prediais de entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)	<input type="checkbox"/>	25%
Mais-valias imobiliárias/Incrementos patrimoniais obtidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)	<input type="checkbox"/>	25%
Mais-valias mobiliárias obtidas por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)	<input type="checkbox"/>	25%
Rendimentos decorrentes da alienação de unidades de participação em FII e de participações sociais em SII, auferidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 22.º-A, n.º 1, al. c) do EBF)	<input type="checkbox"/>	10%
Outros rendimentos obtidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável	<input type="checkbox"/>	

**09 Apuramento da matéria coletável**

(transporte de Q. 07)	Regime geral	Com redução de taxa	Com isenção	Regime simplificado (em vigor até 2010)
1. PREJUÍZO FISCAL	€ 22.120,97	€	€	
2. LUCRO TRIBUTÁVEL	€	€	€	€

**Regime especial dos grupos de sociedades**

Soma algébrica dos resultados fiscais	€
Lucros distribuídos (ex-art.º 70.º, n.º 2)	€
Gastos de financiamento líquidos (opção prevista no art.º 67.º, n.º 5)	€
Ajustamento REAID (art.º 5.º, n.º 1 al. b) do Anexo à Lei n.º 61/2014, 26 de agosto)	€
Resultados internos eliminados ao abrigo do anterior RTLC, a incluir no lucro tributável do período	€
Resultado fiscal do grupo	€

☐ Prejuízos individuais deduzidos, verificados em períodos anteriores ao início da aplicação do regime:

Prejuízos NIF

☐ Quotas-partes dos prejuízos fiscais deduzidas em caso de aquisição de grupos de sociedades (art.º 71.º, n.ºs 4 e 5)

Prejuízos NIF

Prejuízos fiscais dedutíveis	€	€	€	€
	€	€	€	€

Prejuízos fiscais autorizados/transmitidos (art.º 75.º, n.ºs 1 e 3)

Prejuízos fiscais autorizados/transmitidos [art.º 15.º, n.º 1, al. c) e art.º 75, n.º 5]

Prejuízos fiscais não dedutíveis (art.º 52.º, n.º 8)

€ € € €

€ € € €

### 3. DEDUÇÕES

Prejuízos fiscais deduzidos

€ € € €

Discriminação dos prejuízos fiscais deduzidos, por período de apuramento e montante

#### Regime Geral

309.1 - Período 309.2 - Montante

#### Com redução de taxa

320.1 - Período 320.2 - Montante

#### Com isenção

331.1 - Período 331.2 - Montante

Benefícios fiscais

€ € € €

### 4. MATÉRIA COLETÁVEL (2-3)

€ € € € 0,00

ZFM - Matéria coletável que excede os plafonds máximos (art.ºs 36.º, n.º 3 e 36.º-A, n.º 4 do EBF)

€

COLETIVIDADES DESPORTIVAS - Dedução das importâncias investidas até 50% da matéria coletável (art.º 54, n.º 2 do EBF)

€

Existindo prejuízos fiscais autorizados/transmitidos, indique:

Total do valor utilizado no período (397-A + 397-B)

€ 0,00

Valor utilizado no período [art.º 15.º, n.º 1 al. c) e art.º 75.º, n.º 5]

Valor utilizado no período NIF

Valor utilizado no período (art.º 75.º, n.ºs 1 e 3)

Valor utilizado no período NIF

Matéria Coletável do regime especial (campo 11 do quadro 04 do anexo G)

€

MATÉRIA COLETÁVEL NÃO ISENTA [(311 - 399) + 322 + 336] ou 409 ou campo 42 do anexo E, exceto o campo 300

€ 0,00

10

### Cálculo do Imposto

Imposto à taxa normal (art.º 87.º, n.º 2, 1.ºs € 15.000,00 de matéria coletável das PME) (c. 311 do q.09 da m22 ou c.42 do anexo E) x 17%

€

Imposto à taxa normal (art.º 87.º, n.º 1) (c. 311 do q.09 da m22 ou c. 42 do anexo E) x 21%

€

Imposto a outras taxas

% €

Imposto imputável à Região Autónoma dos Açores

€

Imposto imputável à Região Autónoma da Madeira

€

COLETA (347-A + 347-B + 349 + 350 + 370)

€ 0,00



Derrama estadual (art.º 87.º - A)	€	
COLETA TOTAL (351 +373)	€	0,00
<b>Deduções:</b>		
Dupla tributação jurídica internacional (DTJI - art.º 91.º)	€	
Dupla tributação económica internacional (art.º 91.º -A)	€	
Benefícios fiscais	€	
Adicional ao Imposto Municipal sobre imóveis (art.º 135.º-J do CIMI)	€	
Pagamento especial por conta (art.º 93.º)	€	
TOTAL DAS DEDUÇÕES (353 + 375 + 355 + 356 + 470) <= 378	€	0,00
TOTAL DO IRC LIQUIDADO (378 - 357) >= 0	€	0,00
Resultado da liquidação (art.º 92.º)	€	
Retenções na fonte	€	
Pagamentos por conta (art.º 105.º) e Pagamento por conta autónomo (Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, art.º 136.º, n.º 2)	€	
Pagamentos adicionais por conta (art.º 105.º - A)	€	
IRC A PAGAR (358 + 371 - 359 - 360 - 374) > 0	€	0,00
IRC A RECUPERAR (358 + 371 - 359 - 360 - 374) < 0	€	0,00
IRC de períodos anteriores	€	1.000,00
Reposição de benefícios fiscais	€	
Derrama municipal	€	
Dupla tributação jurídica internacional (art.º 91.º) - Países com CDT e quando DTJI > 378	€	
Tributações autónomas	€	52,50
Juros compensatórios	€	
Juros de mora	€	
TOTAL A PAGAR [361 ou (-362) + 363 + 372 + 364 - 379 + 365 + 366 + 369] > 0	€	1.052,50
TOTAL A RECUPERAR [(-362) + 363 + 372 + 364 - 379 + 365 + 366 + 369] < 0	€	0,00
<b>10-A Juros compensatórios</b>		
<b>Discriminação do valor indicado no campo 366 do quadro 10:</b>		
Juros compensatórios declarados por atraso na entrega da declaração	€	
Juros compensatórios declarados por outros motivos	€	
<b>10-B Transferência de residência/cessação da atividade de estabelecimento estável/afetação de elementos patrimoniais (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º -A, n.º 11)</b>		
<b>Modalidade de pagamento do imposto correspondente (art.º 83.º, n.º 2)</b>		
<input type="checkbox"/>	mediato [al. a)]	
<input type="checkbox"/>	diferido [al. b)]	
<input type="checkbox"/>	fracionado [al. c)]	
<b>IRC + Derrama estadual</b>		<b>Derrama municipal</b>
Valor do pagamento diferido ou fracionado	€	€
Total dos pagamentos diferidos ou fracionados (377-A + 377-B)	€	€
TOTAL A PAGAR (367 -377) > 0	€	€
TOTAL A RECUPERAR [367 ou (- 368) - 377] < 0	€	€
<b>11 Outras informações</b>		
Total de rendimentos do período	€	264.241,31

Volume de negócios do período (a repartir no quadro 11-B, se for caso disso)	€	262.685,46
Diferença positiva entre o valor considerado para efeitos de liquidação do IMT e o valor constante do contrato, nos casos em que houve recurso ao procedimento previsto no art.º 139.º	€	
Data em que ocorreu a transmissão das partes sociais (art.º 51.º, n.º 9 e art.º 88.º, n.º 11)		
Tratando-se de microentidade, indique se, em alternativa às normas contabilísticas para microentidades (NC-ME), opta pela aplicação das normas contabilísticas e de relato financeiro para as pequenas entidades (NCRF-PE) ou das normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) [art.º 9.º-D do DL n.º 158/2009, de 13 de julho]	Sim?	<input type="checkbox"/>
Ocorreu no período de tributação uma operação de fusão com eficácia retroativa (n.º 11 do art.º 8.º) da qual é sociedade beneficiária?	Sim?	<input type="checkbox"/>

<b>11-A</b>	<b>Ativos por impostos diferidos (AID) - Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto</b>
<b>Discriminação dos AID inscritos nas demonstrações financeiras a que respeita a Mod. 22:</b>	
AID de perdas por imparidade em créditos	€
AID de benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados	€
Outros AID	€
<b>Informação adicional:</b>	
Capital próprio	€
Crédito Tributário	€
Data da entrada em liquidação	

<b>11-B</b>	<b>Repartição do Volume Anual de Negócios pelas Circunscrições (CONTINENTE, AÇORES E MADEIRA)</b>
Volume global de negócios não isento	€
Volume de negócios, não isento, imputável às instalações situadas na Região Autónoma da Madeira (RAM)	€
Volume de negócios, não isento, imputável às instalações situadas na Região Autónoma dos Açores (RAA)	€
Rácio 1 (RAM) = (campo 2 : campo 1)	
Rácio 2 (RAA) = (campo 3 : campo 1)	
Rácio 3 (CONTINENTE) = 1 - (rácio 1 + rácio 2)	

<b>12</b>	<b>Retenções na fonte</b>
N.º de identificação fiscal ( NIF ) Retenção na fonte	

<b>13</b>	<b>Tributações autónomas</b>
Despesas de representação (art.º 88.º, n.º 7)	€
Encargos efetuados ou suportados com ajudas de custo e de compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador (art.º 88.º, n.º 9)	€ 350,00
Lucros distribuídos por entidades sujeitas a IRC a sujeitos passivos que beneficiem de isenção total ou parcial (art.º 88.º, n.º 11)	€
Encargos com viaturas (antiga redação do art.º 88, n.º 3) (regime em vigor até 31/12/2013)	€
Encargos com viaturas (ex-art.º 88.º, n.º 4) (regime em vigor até 31/12/2013)	€
Indemnizações por cessação de funções de gestor, administrador ou gerente [art.º 88.º, n.º 13, al. a)]	€
Gastos ou encargos relativos a bónus e outras remunerações variáveis pagas a gestores, administradores ou gerentes [art.º 88.º, n.º 13, al. b)]	€
Encargos não dedutíveis nos termos da al. h) do n.º 1 do artigo 23.º-A suportados pelos sujeitos passivos que apresentem prejuízo fiscal (art.º 88.º, n.º 9) (regime em vigor até 31/12/2016)	€
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a)]	€
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b)]	€
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c)]	€
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 17]	€
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 17]	€
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 17]	€
	€

Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 18]

Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 18]

Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 18]

Despesas não documentadas [art.º 88, n.º 1] (Regime Simplificado ou OIC abrangidos pelo art.º 22, n.º 8 do EBF)

Importâncias pagas ou devidas a entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado [art.º 88.º, n.ºs 1 e 8] (Regime Simplificado ou OIC abrangidos pelo art.º 22.º, n.º 8 do EBF)

13-A

**Tributações autónomas - Zona Franca da Madeira (art.º 36.º-A, n.º 14 do EBF)**

Despesas de representação (art.º 88.º, n.º 7)

Encargos efetuados ou suportados com ajudas de custo e de compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador (art.º 88.º, n.º 9)

Lucros distribuídos por entidades sujeitas a IRC a sujeitos passivos que beneficiem de isenção total ou parcial (art.º 88.º, n.º 11)

Indemnizações por cessação de funções de gestor, administrador ou gerente [art.º 88.º, n.º 13, al. a)]

Gastos ou encargos relativos a bónus e outras remunerações variáveis pagas a gestores, administradores ou gerentes [art.º 88.º, n.º 13, al. b)]

Encargos não dedutíveis nos termos da al. h) do n.º 1 do artigo 23.º-A suportados pelos sujeitos passivos que apresentem prejuízo fiscal (art.º 88.º, n.º 9) (regime em vigor até 31/12/2016)

Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a)]

Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b)]

Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c)]

Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 17]

Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 17]

Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 17]

Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 18]

Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 18]

Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 18]

14

**Crédito de imposto por dupla tributação jurídica internacional (CIDTJI)**

1 - Código do País	2 - Tipo de rendimentos	3 - Saldo não deduzido	Apuramento no período			7 - Dedução efetuada no período	8 - Saldo que transita
			4 - Imposto pago no estrangeiro [art.º 91.º, n.º1, al. a)]	5 - Fração do imposto relativa a rendimentos obtidos no estrangeiro [art.º 91.º, n.º 1, al. b)]	6 - Crédito de imposto do período		
Saldo não deduzido			Crédito de imposto do período	Dedução efetuada no período	Saldo que transita		
TOTAL do CIDTJI com CDT	€		€		€		€
TOTAL do CIDTJI sem CDT	€		€		€		€
TOTAL do CIDTJI	€		€		€		€